



ACÓRDÃO Nº73/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11814/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEMINF
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6689/2022-DIMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Revelia.
Recomendação. Multa. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva**, responsável pela Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEMINF, exercício de 2020, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva**, nos termos do art. 88 e seguintes da Resolução nº 04/2002-TCEAM;
- 10.3. **Recomendar** à Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEMINF que:
 - 10.3.1. adote planos de ações eficazes no que diz respeito à racionalização do sistema contábil-orçamentário em relação às assunções de compromissos financeiros (notas de empenho), com o cômputo destas na programação orçamentária da despesa;



ACÓRDÃO Nº73/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.2. observe com maior cautela o dever de transparência ativa e o compromisso com a noção moderna de publicidade governamental, com a publicação dos contratos na imprensa oficial (em atendimento aos contratos em que são aplicáveis a Lei nº 8.666/93) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (para os contratos em que a Lei nº 14.133/21 for aplicável);

10.3.3. atente as regras a serem observadas nas licitações por adesão a atas de registro de preços, que devem ser utilizadas de forma moderada;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com amparo no art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002-TCEAM c/c ao art. 54, VII, da Lei Orgânica desta Corte, pela permanência das falhas de menor potencial ofensivo já debatidas na Proposta de Voto;

Fixa-se **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº73/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5. Dar ciência ao Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva, sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra .Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral